



A Santa Sé

PAPA PAULO VI

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 5 de Maio de 1971

A verdadeira liberdade cristã

Agora andamos à procura dos aspectos característicos da vida cristã, na qual o Mistério Pascal é celebrado, penetrando-o inteiramente. Este ponto focal da obra redentora de Cristo obriga-nos sempre a reflectir no efeito que o mistério pascal, a morte e ressurreição do Senhor, exerce sobre a nossa vida. Este mistério repercute e repete-se nela sacramentalmente, produzindo uma renovação, um modo de ser, de pensar e de agir, que delinea exactamente a nossa própria vida cristã com especiais conotações. Uma destas é a liberdade. Que liberdade?

A palavra liberdade é polivalente. Adquire significado em relação às várias formas de coacção, às quais podemos estar sujeitos. Contudo, sabemos muito bem que a doutrina cristã admite e defende a existência da liberdade do homem, contra os defensores de um determinismo interior congénito (quer natural, psicológico, ou biológico, quer como resultado da natureza decaída do homem) e ensina-nos que o homem é dotado da faculdade de escolher. A relação entre a inteligência, ligada à verdade, e a vontade, capaz de se autodeterminar, não é coactiva. Podemos escolher o que queremos fazer, somos livres, senhores, e por isso responsáveis pelas nossas acções, embora esta escolha, isto é, esta liberdade, possa estar sujeita a diversas influências interiores e exteriores.

Somos livres por dom de natureza. Mas, na realidade, a natureza humana — ensina-nos ainda a nossa doutrina — está decaída e viciada. A articulação da inteligência iluminante e da vontade operante ficou danificada. Assim, até quando usamos a nossa liberdade, muitas vezes erramos, por falta de luz, isto é, de conhecimento do bem a escolher. Somos falíveis; ou, também, por falta de energia, não sabemos realizar o bem que conhecemos; ou, finalmente, por falta de rectidão,

não queremos o verdadeiro bem, mas um bem incompleto e falso, isto é, pecamos. Infelizmente pecamos porque somos livres! Tremenda perversão do dom divino da liberdade (cfr. *Rom 7, 15-24*)!

É neste ponto da nossa elementaríssima análise que se apresenta a nova liberdade que nos foi dada por Cristo Redentor: a liberdade do pecado e da sua consequência fatal, que é a morte (cfr. *Rom 8, 2*). Aqui deveríamos recordar a famosa doutrina, que hoje é tão discutida, do pecado original, um pecado não pessoal, mas herdado de Adão, por reato de culpa e de pena, pelo facto de descendermos dele. É o ensinamento bíblico e teológico das consequências universais, transmitidas por via de geração, por causa da transgressão do primeiro homem «'em que todos pecaram » (*Rom 5, 22*), consequências que são, primeiro que tudo, a inimizade de Deus: « éramos por natureza filhos da ira » (*Ef 2, 3*), como diz uma forte expressão de S. Paulo; depois, a desordem introduzida no equilíbrio humano (cfr. *Rom 6, 20*); e, finalmente, a perda da imortalidade, que era um privilégio conferido ao homem mortal, quando se encontrava em estado de inocência e elevado ao mais alto nível que não era natural, mas sobrenatural (cfr. *DS 3705*).

Éramos escravos, sujeitos a um triste destino de separação de Deus, de enfermidade moral e de morte. Pois bem, Cristo libertou-nos destes males com o baptismo, isto é, com a nossa participação no mistério da Sua morte e da Sua ressurreição — o Mistério Pascal —, libertou-nos do pecado original, e deu-nos a graça de nos libertarmos, ou seja, de nos preservarmos e, também, de nos reerguermos do pecado pessoal e actual, fazendo-nos, além disso, a promessa de um dia vencermos a morte com a ressurreição- São verdades conhecidas pelo cristão. Mas são verdades extremamente profundas, dramáticas, importantíssimas e de consequências felizes, em que nunca meditaremos suficientemente e que nos obrigam a reconhecer em Cristo o nosso libertador supremo (cfr. Ferdinand Prat, *Saint Paul*, 1, 252 ss.).

Mas a obra libertadora de Cristo não termina aqui. Abrange, no âmbito da vida presente e da história do homem, outra libertação: a libertação da lei. De que lei? Também esta pergunta exige uma longa resposta. Agora, porém, só a podemos examinar muito brevemente. Limitar-nos-emos a dizer que Jesus Cristo nos libertou da lei mosaica, do Antigo Testamento. Este tema é ampla e frequentemente desenvolvido nos escritos do Novo Testamento. E, assim, habituamo-nos a qualificar estas duas fases das relações religiosas do homem com Deus, como a lei antiga e a lei nova. Isto que significa?

Significa que se consumou e terminou, em Cristo, a economia religiosa, instaurada com a primeira libertação do Povo eleito da escravidão do Egipto e com a promulgação da lei no monte Sinai (na lei mosaica, uniram-se a lei natural e a lei positiva). Tratava-se de uma lei boa, mas insuficiente; era uma ordem, um ensinamento, mas não uma força suficiente, um novo princípio animador, sobrenatural, para viver na verdadeira justiça de Deus. Era necessário outro sistema para tornar o homem bom, justo e agradável a Deus. Era preciso que fosse promulgada a lei da graça, a lei do Espírito, que, justamente, foi obtida e conferida por Cristo, morto e ressuscitado

por nós (cfr. *Rom* 4, 25). Esta é a libertação que nos foi dada pelo Mistério Pascal — não falamos agora da liberdade civil.

Nesta altura, poderíamos citar muitas passagens da Sagrada Escritura. « Onde está o Espírito do Senhor, aí está a liberdade » (*2 Cor* 3, 17). Esta liberdade refere-se à observância do legalismo hebraico e farisaico (cfr. *Gál* 2, 4; 4, 31; 5, 13). Refere-se ao progresso da vida moral: que vai da obediência à norma exterior e formal, à obediência, à norma interior e pessoal. Recordemos este ponto fundamental do ensinamento evangélico: « Não julgueis que vim ab-rogar a lei e os profetas. Não vim ab-rogá-la, mas completá-la... Ouvistes o que foi dito aos antigos... Eu, porém, digo-vos... » (*Mt* 5, 17 ss.). Refere-se à sintetização dos nossos deveres naqueles supremos preceitos do amor a Deus e ao próximo (cfr. *Mt* 22, 37). Refere-se à obrigação de viver a caridade, virtude que deriva do Espírito Santo (cfr. *Rom* 5, 5), manifesta-se no amor ao próximo (cfr. *Jo* 13, 35; *1 Cor* 13, 4 ss.; *1 Jo* 2; 4, 20), e permanece para a vida eterna (cfr. *1 Cor* 13, 13). Refere-se ao código da vida ascética e perfeita e em viver de Cristo (cfr. *Gál* 2, 20; *Flp* 1, 21), princípio da vida mística, consumação inicial da nossa fusão eterna na vida divina, suprema libertação.

Mas tenhamos cuidado porque, exactamente por causa desta exigência suprema da lei do Espírito, a palavra « liberdade » poderia dar-nos a ilusão de não termos qualquer obrigação, nem para conosco, nem para com o próximo, nem para com a convivência ordenada na comunidade eclesial. Devemos sentir-nos livres, como que impelidos pelo sopro do Espírito, mas sem fazer da liberdade um pretexto para encobrir a malícia, segundo nos adverte São Pedro (cfr. *1 Ped* 2, 16). Somos sempre servos de Deus.

O cristão, precisamente porque é cristão, está, mais do que qualquer outra pessoa, vinculado à vontade de Deus, ao respeito pelas leis naturais e civis, à obediência a quem, na Igreja, exerce uma função hierárquica e pastoral. E esta experiência da harmonia entre a liberdade que nos foi obtida por Cristo, e a alegria da fidelidade à ordem estabelecida por Ele, é uma das realidades mais belas, originais e irrenunciáveis da nossa eleição cristã. Que assim seja para nós. Damo-vos a nossa Bênção Apostólica.